

OPERAÇÃO CONTENÇÃO

Medidas para fortalecer o combate às facções

Lula sanciona lei contra crime organizado. Projeto antifacções seguirá “nos próximos dias”

» ALINE GOUVEIA
» DANANDRA ROCHA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, uma lei que endurece o combate ao crime organizado e amplia a proteção pessoal dos agentes públicos ou processuais envolvidos.

A sanção da lei ocorreu dois dias depois da megaoperação deflagrada pelo governo do Rio de Janeiro contra o Comando Vermelho. A ação policial prendeu 113 pessoas e deixou, ao menos, 121 mortos — sendo quatro policiais. É a operação mais letal da história do país.

A lei, proposta pelo senador Sergio Moro (União-PR), tipifica o crime de obstrução de ações contra o crime organizado, com pena de prisão de 4 a 12 anos de prisão, além de multa. Essa conduta consiste em “solicitar, mediante promessa ou concessão de vantagem de qualquer natureza, ou ordenar a alguém a prática de violência ou de grave ameaça contra agente público, advogado, defensor dativo, jurado, testemunha, colaborador ou perito, com o fim de impedir, embaraçar ou retaliar o regular andamento de processo ou investigação de crimes praticados por

organização criminosa ou a aprovação de qualquer medida contra o crime organizado”.

A mesma pena é prevista para a conduta de conspiração para obstrução de ações contra o crime organizado. Além disso, estabelece que, diante de situação de risco, decorrente do exercício da função das autoridades judiciais ou membros do Ministério Público, em atividade ou não, inclusive aposentados, e dos familiares, o fato será comunicado à polícia judiciária, que avaliará a necessidade, as condições institucionais perante outros órgãos policiais, o alcance e os parâmetros da proteção pessoal.

Ontem, em entrevista à GloboNews, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou que o governo deve enviar, nos próximos dias, o Projeto de Lei Antifacção. Segundo ele, o documento está sendo avaliado pela Casa Civil.

Outra medida contra o crime organizado foi o anúncio, quarta-feira, no Rio de Janeiro, da criação de um escritório emergencial para combater facções. O plano prevê a atuação conjunta de diferentes estruturas, como a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco) e o Comitê de Inteligência Financeira

e Recuperação de Ativos (Cifra), com foco em asfixiar financeiramente as facções criminosas.

No Congresso, há divergências sobre o alcance da medida. Parlamentares ouvidos pelo **Correio** também alertam para os riscos de que a burocracia impeça a eficácia das ações.

Para a deputada Maria do Rosário (PT-RS), o novo escritório antecipa o modelo de integração previsto na PEC da Segurança — proposta pelo governo e em tramitação no Congresso — e é um passo necessário diante da fragmentação do sistema de segurança.

“Precisamos de ações coordenadas, principalmente nas investigações e na inteligência. (...) O que vimos até agora foi tragédia, não segurança pública”, afirmou.

A oposição, por outro lado, demonstra desconfiança quanto às intenções do governo federal. O deputado Luciano Zucco (PL-RS), líder da bancada oposicionista na Câmara, argumenta que o problema vai além da “burocracia que atrapalha”. “O que temos hoje é a falta de ação, e uma completa desordenação do governo federal. O país enfrenta uma escalada sem precedentes da criminalidade enquanto

o presidente faz declarações absurdas, dizendo que traficantes são vítimas”, criticou.

Proposta

A PEC da Segurança, por sua vez, sofre resistência. A proposta estabelece que a União seja a responsável por elaborar a política nacional de segurança pública, “cujas diretrizes serão de observância obrigatória por parte dos entes federados, ouvido o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, integrado por representantes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

Em audiência, ontem, na Câmara, o relator do texto, Mendonça Filho (União-PE), ministro do governo de Michel Temer, disse que a PEC é tímida e criticou o que chamou de “centralização” da política de segurança pública.

“Diga-me um lugar no mundo onde um país de dimensões continentais você tem centralização a nível federal da política de segurança pública. Não existe isso. Você tem que ter cooperação e colaboração. Esse é o espírito que eu vou enfatizar no meu relatório”, explicou. **(Com Agência Brasil)**



Os governadores alinhados a Castro (C) se encontraram no Palácio da Guanabara dois dias após a megaoperação que deixou 121 mortos no Rio

Governadores lançam Consórcio da Paz

» VINICIUS DORIA

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), recebeu, ontem, o apoio de seis governadores de direita à grande operação policial que resultou na morte de mais de 120 pessoas, na última terça-feira. Na reunião, os gestores decidiram criar o Consórcio da Paz, reunindo todos os estados, com o objetivo de integrar as forças de segurança, disponibilizar efetivos, compartilhar informações e financiar políticas públicas. Mas o tom político, com críticas ao governo federal, dominou as entrevistas após a reunião.

Castro evitou criticar diretamente o governo federal. Lembrou que o estado e Brasília estão trabalhando juntos, acertaram a criação de uma sala de crise conjunta e estudam medidas para combater as facções. Ele também prometeu “total transparência” das investigações sobre a atuação policial.

Castro elogiou a nova interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, que impôs limites à atuação das polícias nas incursões a favelas e comunidades na época da pandemia. Em abril, a Corte flexibilizou

essas restrições atendendo a um pedido do próprio governo do Rio. Foi uma afago à Corte às vésperas da reunião que terá com o ministro relator da ADPF, Alexandre de Moraes, na segunda-feira.

Participaram da reunião, no Palácio Guanabara, além de Castro, Romeu Zema (Minas Gerais), a vice-governadora do DF, Celi-na Leão (Progressistas); Ronaldo Caiado (Goiás); Jorginho Mello (Santa Catarina); Eduardo Riedel (Mato Grosso do Sul). O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) participou por videoconferência.

Mais cedo, o governador do

DF, Ibaneis Rocha (MDB), defendeu que este é o momento de união para o enfrentamento ao crime organizado. “Ao invés de ficar tentando politizar a situação, é um momento de unir forças, governo federal, governos estaduais, porque não adianta a gente pensar que o bandido fica só por lá não”, afirmou durante agenda oficial. “Então, esse tem que ser um tratamento realmente de todos os governadores, com apoio do governo federal, para que a gente possa enfrentar esse que talvez seja o maior problema que nós vivemos no nosso país hoje.” **(Colaborou Davi Cruz)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Lula corre atrás do prejuízo depois de megaoperação

A megaoperação policial realizada pelo governo do Rio de Janeiro, sob comando de Cláudio Castro, expôs o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma das situações políticas mais delicadas de seu terceiro mandato. Retornando da Malásia, onde havia participado de uma cúpula diplomática e se reunido com Donald Trump, Lula foi surpreendido por uma operação que resultou em mais de 120 mortos — o maior número da história do país — e reacendeu a tensão entre o discurso federal de respeito aos direitos humanos e a escalada de combate ao “narcoterrorismo” defendida por governos estaduais e forças de segurança pública.

O governador fluminense não apenas conduziu uma operação de grande envergadura militar, mas transformou-a em ato político. A reunião de governadores da oposição no Rio de Janeiro, ontem, sinaliza que a pauta da segurança pública, sensível e popular, foi apropriada pela oposição como eixo de confronto direto com o governo federal. A proposta de tratar facções, como o Comando Vermelho e o PCC, como organizações terroristas reforça essa guinada discursiva, buscando ocupar o espaço deixado pela ausência de protagonismo federal na área.

Cláudio Castro apresentou-se como um governador “em guerra”, cercado por armas e cadáveres, e retratou sua ação como defesa do “povo abandonado pelo Estado”. Sua retórica, “ou soma, ou suma”, não foi casual: traça uma fronteira entre os que combatem o crime e os que, em nome dos direitos humanos, supostamente seriam coniventes com ele. A narrativa foi absorvida por governadores do eixo Sul-Sudeste que enxergam na crise fluminense uma vitrine eleitoral e uma trincheira ideológica.

Surpreendido e, sem instrumentos de coordenação imediata, Lula reagiu apenas dois dias depois, sancionando uma lei de endurecimento penal de autoria do senador Sergio Moro (União-PR), o ex-juiz da Lava-Jato que o condenou à prisão. A medida cria os crimes de “obstrução de ações contra o crime organizado” e “conspiração para obstrução” e foi publicada no Diário Oficial ontem, quando poderia ter sido sancionada antes da viagem de Lula.

Adversário direto de Moro, símbolo da Operação Lava-Jato, Lula foi pragmático. Entretanto, o Palácio do Planalto corre atrás do prejuízo, tenta recuperar espaço diante de uma agenda que foi capturada pela oposição. Lula e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, foram coadjuvantes de um episódio que mobilizou a mídia internacional, dividiu o país e colocou o tema da segurança de volta ao centro da disputa político-ideológica.

Desde 2003, Lula tenta equilibrar uma visão social de segurança — baseada em prevenção, cidadania e inclusão — com a pressão por medidas repressivas. A operação no Rio, porém, impôs uma saia justa: diante da imagem de 120 mortos, o presidente precisava escolher entre condenar o método ou reconhecer a gravidade do inimigo. Optou por uma resposta ambígua: “Precisamos atingir a espinha dorsal do tráfico sem colocar policiais, crianças e famílias inocentes em risco”. Tenta conciliar duas agendas que se opõem: a humanista e a militarizada.

Protagonismo

O problema é que, no plano político, o discurso da ponderação raramente vence o da força quando o narcotráfico é um fator catalizador das opiniões. A exibição de armas e cadáveres valoriza quem demonstra ter o controle, no caso, Cláudio Castro. Diante da hesitação de Lula, o governador fluminense emergiu como “homem da ação”, enquanto o presidente parecia distante do problema.

A operação foi duramente criticada pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU e por organizações brasileiras, que a classificaram como “chacina de Estado”. A ausência de informações sobre as câmeras corporais, a adoção do “muro do Bopo” e a alta letalidade colocam o Brasil sob escrutínio internacional. Para um governo que se esforça para reconstruir a imagem do país como defensor dos direitos humanos — e que planeja sediar a COP30 sob a bandeira da sustentabilidade e da inclusão —, é uma péssima situação. O Itamaraty prega o “multilateralismo dos direitos”, e a operação afronta parâmetros definidos pelo Supremo Tribunal Federal (ADPF das Favelas).

A expressão “narcoterrorismo” — até então restrita a círculos de segurança — ganhou centralidade no debate nacional. Ao propor que as facções sejam tratadas como organizações terroristas, a oposição tenta redefinir o inimigo interno e criar um consenso repressivo. A estratégia tem inspiração explícita na política trumpista de “law and order”, reforçada pela aproximação simbólica entre Castro, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e a direita norte-americana.

Para Lula, a narrativa é perigosa. Ao fundir criminalidade com terrorismo, o discurso desloca o debate da segurança para o campo da guerra — em que a lógica do direito é substituída pela da exceção. Se o governo federal adere a esse enquadramento, legitima a política do confronto e abdica da agenda dos direitos humanos; se a rejeita, é acusado de proteger bandidos.

O governo ainda tenta articular a aprovação da PEC do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), porém, o projeto está sendo sequestrado pela oposição. A resistência dos governadores à centralização da política de segurança pela União enfraquece o projeto e impede a coordenação nacional que o Planalto defende. No vácuo deixado pela falta de protagonismo federal, os estados ocupam a cena com operações espetaculares, legitimadas por um sentimento de medo coletivo, com licença para matar.

Helena Alves Mendes
CEPI Quero-Quero - Recanto das Emas



27 novas creches e mais 8 em construção para zerar a fila de espera.

Este GDF foi lá e fez.